

Prisco defende o papel do militar

"No fundo, o PC do B quer tirar das Forças Armadas a responsabilidade pela ordem interna, porque fica mais fácil a realização de manifestações de rua". A afirmação é do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantida das Instituições, que examinará o papel das Forças Armadas. Comentando a afirmação do líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), de que a sua indicação havia sido objeto de uma composição, Prisco disse que, se houve esta composição, ele não foi consultado.



Prisco ironizou o PC do B

O líder do PMDB não me fez qualquer tipo de condicionamento — acrescentou.

O presidente da Comissão, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), também comentou as declarações de Haroldo Lima, para quem a escolha do relator e do presidente visou à manutenção do "status quo". Passarinho considerou que o líder do PC do B desrespeitou os inter-

grantes da comissão. "que não são robôs nem teleguiados". O senador disse que foi o PMDB que deu a presidência da Comissão para o PDS, e declarou que não pretendia ocupar o cargo, porque preferia debater a matéria.

Esquerdas insistem na limitação

O papel constitucional das Forças Armadas será tratado na Comissão de Organização Eleitoral, presidida pelo presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, e não na Comissão de Organização do Estado, como queriam os partidos de esquerda. A decisão foi comunicada na quinta-feira ao plenário — provocando violento debate das esquerdas com o pedesista Gerson Peres —, pelo presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

De nada adiantaram os argumentos do deputado Haroldo Lima (PC do B/BA) de que a comissão apropriada para examinar a matéria seria a de Organização do Estado, através da Subcomissão do Poder Executivo. Ele disse que estava sendo quebrada uma tradição histórica e cobrou uma justificativa do presidente da Assembleia Nacional, que apenas confirmou sua decisão, mantendo a mesma depois de ser informado de que o próprio relator do Regimento Interno, senador Fernando Henrique Cardoso, e o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira, concordavam com o PC do B.

Diante da firmeza do deputado Ulysses Guimarães, Haroldo Lima pediu, com base no Regimento, que a decisão fosse submetida ao plenário. Era necessário, no entanto, que pelo menos 35 constituintes apoiassem o recurso do líder comunista, que, vendo o plenário quase vazio, tentou transformar o apoio em representação proporcional das lideranças, já que contaria com o apoio do PDT, PCB e PT. Foi o suficiente para que Gerson Peres iniciasse violento ataque às esquerdas, em que sobrou até para Ulysses Guimarães.

O pedesista começou gritando que a constatação devia ser feita pelo número de constituintes e não pela liderança, o que Ulysses já havia confirmado. Assim, Haroldo Lima acabou não conseguindo aprovar seu recurso para que a decisão do presidente da Assembleia Nacional fosse submetida ao ple-

nário. Faltaram 12 votos para os 35 necessários. Contrariado, o líder comunista disse que considerava o fato uma intervenção das Forças Armadas na Constituinte e prometeu convocar o povo para pressionar no sentido de que a matéria fosse transferida para o plenário, para não ficar nas mãos de uma comissão presidida pelo PDS.

Al, quem não gostou foi Gerson Peres, que pediu tempo para defender seu partido. Diante da recusa de Ulysses, explicando que Haroldo Lima usara o microfone como líder inscrito para fazer, acusou o presidente da Constituinte de usar "dois pesos e duas medidas" e ensaiou um discurso contra o PC do B. Não foi em frente, porque o deputado Ulysses Guimarães, que já havia chamado Valmir Campello (PFL/DF) para ocupar a tribuna, cortou seu som.

NORMA VIOLENTADA

A sessão já se iniciara num clima de insatisfação, com a primeira meia hora sendo inteiramente tomada por reclamações contra o descumprimento do Regimento Interno, tema que provocou acaloradas intervenções durante a tarde.

Em seu climax, o líder Amaral Netto (PDS/RJ) anunciou que a bancada pedesista vai usar de todos os seus recursos, inclusive negando quorum, para impedir a aprovação de mensagem presidencial para que o presidente José Sarney viaje ao exterior.

Enquanto o povo se dana e os tiros começam no Brasil pelos saques e depredações que vão se seguir desgracadamente, ele tem necessidade de ir à Argentina, ao Uruguai, à Índia, à Angola e à China — atacou Amaral Netto, prometendo que "sem o imposto compulsório, o presidente só viaja se a maioria der número absoluto". E para mostrar que o partido não está para brincar de rei, Bonifácio de Andrada (PDS/MG) garantiu que se até a Semana Santa o Congresso não se reunir para apreciar os decretos-leis baixados pelo Governo, especialmente o que instituiu o compulsório.

— Acho até que foi uma manobra. Fiquel tolhido, colocado na posição de magistrado.

O presidente da subcomissão que tratará da questão das Forças Armadas, deputado José Tavares (PMDB-PR), recebeu um livro das Polícias Militares com propostas para a nova Constituição. As PMS pretendem assegurar seu caráter de instituição permanente, a responsabilidade pela manutenção da ordem e segurança públicas nas suas jurisdições, a subordinação direta aos governadores, a condição de força auxiliar do Exército, a organização fundada na hierarquia e na disciplina militar. Querem garantir ainda a competência exclusiva para o exercício e o controle da polícia ostensiva; a competência da União para legislar sobre organização, armamento, efetivos, instruções e Justiça, e também sobre as condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização, o direito de cidadania a todos os policiais e bombeiros militares, e a manutenção da Justiça Militar estadual.

entrará com um mandado de segurança para obrigar o presidente da casa, senador Humberto Lucena, a convocá-lo.

GOVERNADORES

No calor desses debates, os governadores de Minas, São Paulo, Rio e Mato Grosso do Sul, que pediram a cabeça do ministro da Fazenda, receberam os "pêsames" do deputado Fernando Santana (PCB/BA). Depois de esclarecer que não era defensor do ministro Dilson Funaro, mas dos interesses nacionais, ele disse que Newton Cardoso, Orestes Quêrcia, Moreira Franco e Marcelo Miranda prestavam um desserviço ao País ao pedir a demissão do ministro no momento em que estava negociando a dívida externa em Washington.

— A reforma ministerial tem que atender, antes de tudo, aos interesses da Nação, escolhendo os homens mais capazes, sejam de que estado forem — acrescentou o líder comunista, vindo em seu apoio o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, arrancando aplausos de uma galeria até então silenciosa, ao propor que ao invés de pedir a troca de ministros os governadores do PMDB deviam exigir de seu partido um programa que ajude o País a enfrentar a crise.

CONCESSÕES

O presidente do PT também manifestou-se preocupado "com a moralidade" na concessão de canais de rádio e tevê pelo Governo. Disse que "por uma questão de ética e respeito ao cargo", o presidente José Sarney não devia ter admitido que seu filho Fernando ganhasse a concessão para explorar um canal de rádio em Imperatriz, no Maranhão. "A concessão não pode ser pura e simplesmente um trampolim com fins políticos", declarou antes dele o deputado Ailton Cordeiro (PDT/PR), que propôs formalmente à mesa-diretora que sejam suspensas as concessões até a promulgação da nova Constituição.

Raphael é primeiro convocado

Mesmo sem quorum a subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente começou a trabalhar aprovando um plano de trabalho e já marcando para o próximo dia 14, a primeira audiência pública com a presença do ministro da Previdência Social e os presidentes do INPS e IAPAS. A subcomissão irá se reunir a partir das 8h30m e nos sábados e domingos fará verificação "in loco" dos problemas. Estão previstas viagens ao Pantanal, Angra dos Reis e Cuba-tão.

De acordo com o cronograma aprovado, a subcomissão se reunirá de terça a quinta-feira, das 8h30m às 12 horas. Nas segundas, terças e quintas, das 20 às 24 horas, além das visitas nos finais de semana. Estão previstas oito audiências públicas com representantes de entidades patronais, de trabalhadores, prestadoras de serviços, científicas e éticas, além de associações autônomas.

DIREITO DOS TRABALHADORES

A subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos foi a única que conseguiu quorum para se reunir ontem de manhã, das três subcomissões da Comissão da Ordem Social. Mas como as outras, também começou com atraso. A discussão esteve restrita ao esquema de funcionamento, mas a subcomissão só voltará a se reunir no próximo dia 21, às 9 horas. A partir daí, passará a se reunir de terça a quinta-feira, das 9 às 12 horas. Na segunda, reuniões à noite e na sexta-feira, a exemplo de outras comissões, não funcionarão. As audiências públicas acontecerão à noite.

Nada avançou, 1ª reunião da Econômica

A primeira reunião da Comissão da Ordem Econômica e das suas três subcomissões, realizada anteontem pela manhã na ala Nilo Coelho do Senado Federal, não chegou a qualquer conclusão por um motivo simples: não havia quorum para que o presidente da Comissão, deputado José Lins de Albuquerque (PFL-CE), pudesse deliberar.

Dos 62 membros titulares da Comissão da Ordem Econômica, pouco mais de 20 constituintes atenderam ao chamamento para a primeira reunião que tinha como objetivo definir uma norma de funcionamento para as três subcomissões. A maioria da bancada do PMDB faltou à reunião porque iria participar da votação do relator da Comissão de Sistematização, prevista para o mesmo horário, no Anexo da Câmara.

Apesar da falta de quorum, os parlamentares que estavam presentes levantaram várias dúvidas a respeito de como se desenvolverão os trabalhos de elaboração das propostas das três subcomissões. De uma maneira geral, os titulares membros mostraram muita apreensão ante as pressões que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tem feito para apressar a conclusão dos estudos das oito comissões.

Independente de partidos, houve uma unanimidade para que o prazo previsto para o encerramento do trabalho das Comissões seja dilatado por causa dos feriados da Semana Santa, na próxima semana, que irão retardar ainda mais o início efetivo das discussões dos constituintes, a nível de subcomissão.

O deputado Wladimir Palmira (PT-RJ), por exemplo, declarou-se favorável a que as reuniões das Comissões sejam realizadas de terça a quinta-feira. Em sua opinião, os parlamentares, apesar de que a elaboração da Nova Carta imponha uma permanência em Brasília por mais tempo, têm que continuar o trabalho de ouvir as bases, sobretudo a respeito das propostas que serão apresentadas em Plenário sobre as subcomissões temáticas.

O único representante do Partido Liberal na Comissão Econômica, deputado Guilherme Afif Domingos (SP) fez uma outra sugestão. Visando uma melhor integração dos trabalhos das três subcomissões — Intervenção do Estado e princípios gerais e regime de propriedade do subsolo; questão urbana e transporte; e reforma agrária e política agrícola — a cada quinze dias, a Comissão deveria reunir-se em conjunto para um levantamento dos assuntos mais importantes que estão sendo analisados em forma de projetos constitucionais. Alegou que os titulares das subcomissões não terão condições de frequentar todas as reuniões das subcomissões temáticas, uma vez que as três deverão funcionar no mesmo horário.

O constituinte Amaury Müller (PDT-RS) também apresentou uma proposta. Em seu entender, os trabalhos das subcomissões deveriam ser realizados durante o período da tarde, transferindo para a manhã as sessões do plenário da Constituinte. O presidente da Comissão da Ordem Econômica, deputado José Lins de Albuquerque (PFL-CE), rejeitou a sugestão.

O constituinte Amaury Müller (PDT-RS) também apresentou uma proposta. Em seu entender, os trabalhos das subcomissões deveriam ser realizados durante o período da tarde, transferindo para a manhã as sessões do plenário da Constituinte. O presidente da Comissão da Ordem Econômica, deputado José Lins de Albuquerque (PFL-CE), rejeitou a sugestão.



Cid Carvalho e Gasparian, de olho no Banco Central

Comissão ouvirá servidor do BB e Suruagy logo

O senador Divaldo Suruagy (PFL), ex-governador de Alagoas, vai ser o primeiro parlamentar a prestar depoimento à Subcomissão do Sistema Financeiro, que se reúne às 8h30 de segunda-feira. Suruagy é titular da subcomissão mas quer falar das dificuldades que o Banco do Estado de Alagoas sofreu durante seu Governo com as bruscas oscilações das taxas de juros.

Reunida ontem pela manhã, a subcomissão decidiu convocar um representante da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil — Anabb na primeira audiência a entidades e setores da sociedade. O ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni também está na lista dos convidados. Também serão chamados representantes da FGV, PUC do Rio de Janeiro, Unicamp, USP e UnB, além dos presidentes do Banco Central, da Febraban e do Banco do Estado de Sergipe.

O relator da subcomissão, o deputado Fernando Gasparian (PMDB/SP), lembrou que uma das tarefas que vai tentar cumprir é a eliminação da cartapendente, como forma de tornar o sistema bancário competitivo, desonerando o setor produtivo.

Também quer mudar o papel do Banco Central, que hoje "dá ajuda aos bancos falidos, socializando os prejuízos".

BANCOS

A disfunção do Banco Central será também denunciada na Comissão pelo presidente da Associação Nacional dos Funcionários do BB, José Flávio Berco, que vai defender a transferência para o Banco do Brasil da Carteira de Fomento do BC. Berco já começou a liberar subsídios para compor a Constituinte, onde pretende denunciar o esvaziamento do Banco do Brasil ao longo dos anos e os prejuízos sofridos pelos seus funcionários a partir de 1980.

A Anabb vai encaminhar também à Assembleia Constituinte, onde já vem mantendo contatos com parlamentares para formar o que chama de "bancada do BB", uma série de propostas de emendas à Constituição, restaurando o papel do Banco como principal agente financeiro do governo federal e sua condição de autoridade monetária. Ele vai defender maiores recursos ao BB, alegando seu papel de agente de desenvolvimento e de estabilizador das taxas de juros.

Preconceito afeta comissão da minoria

A subcomissão responsável pela discussão do preconceito foi apanhada pelo preconceito dos próprios constituintes. E isso, segundo a deputada Benedita da Silva (PT), que está atuando na subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias. "Não somos coitadinhos. Queremos mais respeito aos temas aqui enfocados", afirmou a deputada, denunciando que para a acomodação dos constituintes nas comissões, a subcomissão recebeu pessoas sem interesse. A deputada propôs que uma nova distribuição nas subcomissões seja feita ou, então, que permaneçam apenas aqueles que querem efetivamente trabalhar.

Ontem, a subcomissão que se reuniu informalmente por falta de quorum, passou toda a manhã discutindo a questão e decidiu que o primeiro passo será promover uma ampla debate sobre o preconceito, o estigma, para sensibilizar os constituintes.

ESVAZIAMENTO

A subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias deveria ser composta por 21 membros, mas no momento só possui 18.

Artistas participam

Gilberto Gil e Leci Brandão são algumas das estrelas que estarão no Congresso, no próximo dia 13, às 15 horas, engrossando a caravana de negros e índios que virão à Brasília trazer suas propostas à Constituinte. No entanto, com o feriado da Semana Santa eles encontrarão um Congresso vazio, o que já acontece normalmente nas segundas-feiras.

As propostas das comunidades negra e indígena serão encaminhadas à subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias, que vem enfrentando a falta de quorum para se reunir e o preconceito dos próprios constituintes que não demonstram interesse pelo tema. A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) fez ontem o anúncio do movimento do dia 13, na subcomissão, mas ouviu dos

A deputada Wilma Maia (PDS-RN) pediu ontem a sua transferência para a dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, que já ultrapassou o seu limite e está com 23 integrantes.

Na última terça-feira, dia da eleição, a reunião começou com um grande atraso por falta de quorum e quase não foi possível realizar a eleição do presidente, vices e relator. Ontem, na primeira reunião de trabalho, além do presidente Ivo Lech (PMDB-RS) e o relator, deputado Aleni Guerra (PFL-PR), apenas quatro constituintes compareceram. Como o quorum fixado é de 12 membros, não se pode votar nem mesmo o cronograma de atividades da subcomissão.

De qualquer forma, o presidente da subcomissão, deputado Ivo Lech, acredita que os debates com especialistas convidados despertem o interesse dos constituintes. Ele também atribui à questão da escolha do relator da Comissão de Sistematização, a falta de quorum. Além disso, segundo afirmou, decidiu-se começar os trabalhos abrindo o espaço para as entidades e representantes das comunidades indígena e negra.

Mulheres definem as propostas

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) reuniu-se com as deputadas constituintes, para tratar do encaminhamento das propostas, que serão apresentadas à Constituinte. O trabalho, resultado de cartas enviadas de todos os pontos do País, foi produzido por uma equipe de mulheres especialistas em várias áreas do Direito, convidadas pelo Conselho.

Durante cerca de três horas, representantes do Conselho e seis mulheres constituintes discutiram os dispositivos que deverão integrar o Projeto de Constituição, em companhia de algumas advogadas que participaram da redação das propostas, sob a coordenação da presidente do Conselho, Jaqueline Pittanguy.

Os temas que renderam discussões mais acirradas trataram dos direitos trabalhistas, da seguridade social, da família, da educação e da igualdade para todos. Dentro desse último item, ficou estabelecida a revogação de todos os dispositivos legais que contenham qualquer discriminação relativa a sexo ou estado civil, sob pena de punição como crime inafiançável. Ainda no tema direitos e garantias, foi proposto que ninguém seja prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental e qualquer particularidade ou condição.

Nas áreas da educação e cultura, as mulheres propõem que o Estado se responsabilize e assegure a educação universal, pública e gratuita em todos os níveis. No mesmo artigo, as mulheres sugerem que as creches devem ser consideradas unidades de guarda e educação de crianças de 0 a 6 anos de idade.

Com relação aos direitos trabalhistas, as mulheres concordaram em que as normas que disciplinarem as relações de trabalho deverão proibir as diferenças de salários para um mesmo trabalho e as discriminações nos critérios de admissão, promoção e dispensa. Dentro desses direitos estaria garantida pelas empresas a manutenção de creches, no local de trabalho, para os filhos de seus empregados com idade até um ano.

Outra colocação apresentada nas propostas tratou da constituição e deveres da família. O artigo diz que o homem e a mulher têm plena igualdade de direitos e de deveres no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro dos filhos, à fixação do domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal. Neste artigo, fica estabelecido, por exemplo, a igualdade de direitos e qualificações para os filhos nascidos dentro ou fora do casamento. Estabeleceu-se também o direito a ambos de declarar a paternidade e a maternidade dos filhos, assegurando aos dois o direito de contestação.

Durante a discussão das propostas, a polêmica girou em torno de temas mais específicos, como o aborto, que segundo algumas parlamentares deveria ser constituído em matéria para legislação ordinária.



Calmon quer ouvir todos

Calmon quer ouvir o povo via Embratel

Numa reunião informal realizada ontem sob a presidência do deputado José Serra, foi aprovada a sugestão apresentada pelo senador João Calmon com o objetivo de ampliar o número de entidades representativas de segmentos da sociedade que poderão ser ouvidas pelas subcomissões da Constituinte.

De acordo com o art. 14 do Regimento Interno da Constituinte o número dessas reuniões será de 5 a 8.

A fim de possibilitar que um número muito maior dessas entidades possa dar a sua contribuição, o senador João Calmon sugeriu que, através da TV Executiva da Embratel, fossem promovidos debates com 15 ou 20 diferentes entidades que não precisariam deslocar-se para Brasília. Obtida a concordância da Embratel para transmissão e gravação gratuita desses debates, seria tentada a obtenção da transmissão da gravação desses debates através da Rede Nacional de Televisões Educativas (FUNTEVE).

Essas providências dariam uma amplitude muito maior à contribuição dos vários segmentos da sociedade brasileira na elaboração da nova Constituição. Essa sugestão, sendo aceita pela Mesa da Constituinte não excluiria a audiência com entidades na sede do Congresso Nacional, nas acanhadas salas de cada subcomissão.

Frente quer comunicar o rádio e a tv

Uma proposta de texto constitucional que prevê a democratização dos meios de comunicação, a partir da criação de um Conselho Nacional de Comunicação, composto basicamente por representantes de trabalhadores e responsável pela elaboração de uma política de comunicação, foi entregue ontem à noite por dirigentes da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação para a Constituintes.

A relatora da subcomissão, Cristina Tavares (PMDB-PE) aprovou a proposta e comprometeu-se a defendê-la durante a elaboração da Constituinte, com a justificativa de que defende "a democratização dos meios de comunicação". Mas a proposta deverá causar muita polémica na subcomissão, que é dividida em dois grupos distintos: um favorável ao controle da comunicação pela sociedade civil e outro favorável ao controle pelas empresas privadas do setor.

A proposta da Frente diz que "a comunicação deve estar a serviço do desenvolvimento integral da Nação, da eliminação das desigualdades e da independência econômica, política e cultural do povo brasileiro". O Conselho Nacional de Comunicação teria competência para estabelecer e fiscalizar políticas nacionais de comunicação e para outorgar, renovar e revogar as concessões para o uso de frequência e canais de rádio e televisão. Seria composto por 15 membros, sendo dois representantes de entidades empresariais, cinco de entidades de profissionais da área de comunicação, sete de entidades de categorias profissionais e setores populares e um de instituição universitária.

Para ele, uma das principais atividades do Estado é "subor-

Deputado baiano quer extinguir todos os Estados

O deputado Raul Ferraz (PMDB-BA) estica com os dedos as lapelas do peletó, imitando uma pose orgulhosa: "Vocês já viu alguém dizer: 'Eu tenho isto porque vivo numa federação?' Vocês já viu alguém ter alguma vantagem por viver numa federação?" Para ele, os estados são "inúteis, desnecessários e sem função", servindo principalmente para "corromper prefeitos" e sustentar oligarquias. Com base nestas e noutras idéias, Ferraz está propondo o fim da federação, hipótese em que passariam a existir apenas os municípios e o poder central, extinguindo-se todos os estados brasileiros.

Ex-prefeito de Vitória da Conquista, ele vê o poder estadual como uma perniciosa espécie de sanguessuga. Ao sustentar a tese — que vem defendendo desde o Congresso de Prefeitos realizado em Curitiba em 1979 —, encontra uma forma de contestar o dito segundo o qual toda regra tem sua exceção e dasafia qualquer um a contestar a existência de dois casos em que isto não acontece. Primeiro: "Tudo que o Estado faz pode ser feito pelo município". Segundo: "Tudo que o Estado faz já tem um órgão federal fazendo".

Ocupado em transformar em um projeto constitucional a tese que já defendeu até em congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ferraz deu as linhas gerais de sua idéia ontem, na reunião da Subcomissão dos Municípios e Regiões, de que participou na condição de suplente.

nar prefeitos". Por isso mesmo, julga, suas idéias nunca encontraram receptividade entre os governadores, classificados como "atravessadores". O deputado esgrime também a informação de que "92 por cento dos países do mundo não têm estados". O Brasil deveria seguir o rumo de 153 dos 168 existentes, abandonando o federalismo "para o bem da Nação". Os municípios passariam, então, a dispor de mais recursos, sumiria a política do chapéu na mão, que ele bem conhece enquanto prefeito e o desenvolvimento seria impulsionado. E claro — Ferraz não defende o sistema unitário para o mundo inteiro. Cita o exemplo dos EUA, um dos 15 países federalistas, onde a União fica com 50 por cento dos recursos, os municípios recebem 30 por cento e os estados se viram com os 20 por cento restantes — enquanto no Brasil sobram para a municipalidade apenas "5 ou 6 por cento" das receitas.

O municipalismo anda pelo caminho errado", diz, referindo-se ao fato de que este movimento tem sido encabeçado por governadores de estados seqüiosos, em sua opinião, de ampliar suas receitas — e o consequente poder político — nas costas dos municípios, comparados, na estrutura nacional, aos operários que produzem e sofrem a exploração. Ferraz foi prefeito no governo de Antônio Carlos Magalhães, mas garante que não vem daí sua ojeriza ao federalismo: "O Magalhães nunca me incomodou. Ele é muito bonzinho: perde todas as eleições para mim", ironiza.